



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição sob demanda de Aparelhos de Ar-Condicionado para atender às necessidades da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Subsecretaria de Vigilância em Saúde

1.3. **Fundamentação Legal:** Decreto Federal 10.024/19, Decreto Municipal 599/2020 – Pregão Eletrônico, Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
1	Aparelho de Ar Condicionado Split 12.000 BTUs, Frio com Instalação Elétrica: Especificações técnicas: Voltagem 220V, serpentina cobre, classificação INMETRO A, capacidade de refrigeração (KW/h) 12.000, Capacidade de refrigeração (BTU/h) 12.000, compressor rotativo, filtro de proteção ativa sim, direcionadores de Ar Sim, (Alto, Médio, Baixo e Automático). Controle de temperatura Sim, medida evaporadora (A x L x P) cm 200 x 720 x 270, cor da evaporadora branco, condensador vertical. Medica condensadora (A x L x P) cm 560 x 370 x 485, Função Timer Sim, Função Turbo Sim, Saída regulável do Ar Sim, Função Sleep Sim, Painel eletrônico Sim, Gás refrigerante R410a, consumo (W) 24,2, Frequência (Hz)60. Vazão de Ar Máxima (m³/min) 500m³/h. Nível de Ruído Unidade Interna (dB) 44dB. Nível de Ruído Unidade Externa (dB) 57 dB	Unid.	23



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

2.2. O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a Necessidade da Unidade Requisitante, conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição sob demanda de Ar-Condicionados para a Vigilância em Saúde justifica-se pela necessidade de dar continuidade aos serviços prestados pela presente subsecretaria, haja vista a necessidade da manutenção da temperatura do ambiente nas salas onde serão armazenados os testes rápidos diagnóstico e de triagem para hiv, sífilis, hepatites b e c.

4- DO FORNECIMENTO (FORMA, PRAZO, QUANTIDADE E LOCAL DE ENTREGA

4.1. A empresa vencedora deverá atender a ordem de fornecimento expedida pela Unidade Requisitante.

4.2. Os itens deverão ser entregues e instalados em parcela única, com prazo não superior a 45 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, se for o caso.

4.3. Os itens destinados à:

- Unidade de Saúde da Família de Amparo deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Rivail Grip, 75, Amparo, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

- Unidade de Saúde da Família de Riograndina deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Praça Nossa Senhora do Rosário, s/nº, Riograndina, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Nova Suíça deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Moisés Moraes Filho, 01, Nova Suíça, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Campo do Coelho deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Jones Muniz s/n, Campo do Coelho, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Centenário deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua João Cabral, S/nº, Centenário, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de São Lourenço deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Estrada São Lourenço, S/nº, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Mury de deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Novo Hamburgo, s/nº, Mury, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Vargem Alta deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Estrada João Heringer, S/nº, Vargem Alta, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

- Unidade de Saúde da Família de Rio Bonito deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Rio Bonito da Praça, S/Nº, Lumiar, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Lumiar deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Guilherme Spitz, S/Nº, Lumiar, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de São Pedro da Serra deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Rodrigues Alves, S/Nº, São Pedro da Serra, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família Olaria I deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Xingú nº 2, Alto de Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família Olaria II deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Espírito Santo, nº 09, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família Olaria III deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Augusto Nicolau Rodrigues, nº 59, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Varginha deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Francisco Lopes, nº 178, Varginha, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Stucky deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Estrada do Stucky, S/Nº, Stucky, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

- Unidade de Saúde da Família do Cordoeira deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Darcília dos Santos, S/Nº, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Conquista deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Estrada Albino de Sá Martins, S/nº, Conquista, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família do Terra Nova deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Eugênia de Almeida Maia, nº 110, Área 2, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de São Geraldo deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Antonio Augusto Reis, S/nº, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Posto de Saúde Waldir Costa, deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua José Ernesto, 184, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Posto de Saúde Tunney Kassuga de deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Vicente Sobrinho, s/nº, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Policlínica Centro deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Plínio Casado s/nº, Centro, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

4.4. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.5. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante),



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

caberá à efetuar a troca, no prazo máximo de 05 dias úteis, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.6. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável;

4.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

4.8. Caso os equipamentos cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

4.9. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

4.9.1. Manual de operação;

4.9.2. Manual de serviços;

4.9.3. Esquemas eletrônicos;

4.9.4. Procedimentos de calibração;

4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;

4.9.6. Certificado de garantia;

5- CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos.

5.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

5.2.1. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.

5.2.2. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

5.2.3. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

5.2.4. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

5.2.5. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

5.2.6. Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

5.2.7. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

5.2.8. A entrega, o transporte, a descarga, e a instalação dos equipamentos serão por conta da empresa .

5.2.9. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção corretiva do equipamento que apresentar defeitos, durante a vigência da garantia.

5.2.10. Ademais, a deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

5.2.11. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição no prazo máximo de 05 dias úteis de qualquer produto entregue



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

5.3. A deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

5.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v ou Bivolt/automático.

6 – NOMEAÇÃO DOS FISCAIS

6.2. Os Fiscais instituídos no subitem 23.2 serão responsáveis pela execução dos procedimentos para recebimento do equipamento, acompanhamento da respectiva instalação e elaboração da aceitação, conforme devidamente detalhado no decorrer deste documento.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Para o procedimento de entrega dos equipamentos, é indispensável a presença da ou seu representante, devida e comprovadamente autorizado.

7.2. Os bens serão recebidos:

7.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.2.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas, bem como após a instalação e comprovação de funcionamento do equipamento.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

7.3. Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos, que serão elaborados pelos fiscais designados no subitem 23.2 deste Termo de Referência.

7.4. Os Fiscais deverão, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:

7.4.1. Os equipamentos correspondem àqueles especificados no presente Termo de Referência e nas propostas apresentadas.

7.4.2. Os equipamentos estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas especificadas no Termo de Referência e no edital.

7.4.3. Não existem partes dos equipamentos e seus acessórios danificados.

7.4.4. Os equipamentos estão compatíveis com os requisitos de pré-instalação aprovados pela .

7.5. Verificada a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e nas propostas, bem como aprovada a inspeção visual prevista no subitem 7.4.1 a 7.4.4, os fiscais emitirão o documento atestado o recebimento provisório.

7.6. Emitido o documento de recebimento provisório, a deverá realizar as instalações dos equipamentos no prazo máximo de 05 dias úteis, e estes ficarão em Funcionamento nas Unidades por um período de experiência de 15 dias corridos, contados da instalação, para avaliação técnica durante o uso dos equipamentos.

7.7. Ao final deste período, os fiscais encaminharão relatório à e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

7.8. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 7.7 deste documento.

7.9. Aprovados os equipamentos, a equipe técnica da Contratante emitirá o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

7.10. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 dias úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 7.7.

7.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

7.12. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, os fiscais, no prazo de 03 dias úteis, deverão comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

7.13. Ademais, os fiscais, no mesmo prazo acima, comunicar ao gabinete desta Secretaria o aceite final dos equipamentos.

8- PRÉ- INSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO

8.1. Ao apresentarem as propostas, as empresas participantes deverão informar à Contratante os requisitos de pré-instalação dos equipamentos, fundamentais para a avaliação da adequação da Unidade de Saúde onde funcionará.

8.2. Os requisitos de pré-instalação deverão atender às prescrições da regulamentação técnica que dispõem sobre a arquitetura e engenharia de estabelecimento de saúde.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

8.3. Para a conclusão das instalações a , ou seu representante devidamente autorizado, deverá efetuar os testes das instalações dos equipamentos, realizando demonstração de seus funcionamentos aos fiscais de acompanhamento.

8.4. Os custos referentes à pré- instalação e instalação, particularmente aqueles adicionais, que podem ocorrer na adequação do estabelecimento de saúde ou durante as instalações dos equipamentos (quando são adquiridos produtos para a interface ou interconexão, controle ambiental ou proteção de interferências), incluindo custos de eventual acompanhamento ou inspeção pela , serão integralmente pagos pela empresa .

9- DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. Os fiscais responsáveis pelo recebimento, acompanhar a instalação e aceitação dos equipamentos, devem registrar em documento único apropriado, informações detalhadas sobre os equipamentos e todos os eventos do processo de seu recebimento, instalação e aceitação.

9.2. Os Fiscais deverão realizar a guarda e o controle de toda documentação referente ao recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos, incluindo a documentação técnica (manuais de operação e manuais de serviço) e atualizações efetuadas nesta documentação, devendo ainda divulgar na unidade Requisitante as informações nela contidas.

10- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

10.1. A deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

10.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.

10.3. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela empresa vencedora.

11- DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

11.1. Fica facultada aos fiscais exigir da empresa classificada pela licitação, a avaliação técnica dos equipamentos antes da adjudicação do vencedor da licitação, a fim de garantir sua qualidade.

11.2. O prazo para solicitação desta avaliação será de 03 dias úteis, contados da data da sessão pública do Pregão Presencial.

11.3. Os fiscais comunicarão ao Pregoeiro se os equipamentos foram aprovados ou não. Caso não sejam aprovados, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

12- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

12.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

13- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

13.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos.

13.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52.12

13.1.2. Fonte de Recurso – 07 – SUS

13.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

13.2.1. Vigilância em Saúde: 30001.10.305.0076.2.201

13.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

14 – DA LIQUIDAÇÃO

14.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

15 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

15.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

15.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

15.1.3. FGTS;

15.1.4. PGE- referente a Divida Ativa;

15.1.5. Municipal – referente ao ISS e Divida Ativa

15.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

15.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

15.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

16-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

16.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

16.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

17- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Caberá à Contratante:



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

17.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa vencedora, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

17.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa vencedora, através de servidor especialmente designado;

17.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

17.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela empresa vencedora.

17.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

18.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

18.2. Efetuar a entrega e instalação dos bens, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidades fiscais citadas nos subitens 15.1.1 a 15.1.6;



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

18.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

18.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

18.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

18.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

18.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir.

18.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; Sob prévia autorização da contratante em relação a razoabilidade do prazo solicitado.

18.9. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.



19-MEDIDAS ACAUTELADORAS

19.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

20- DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

21-DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Referência e Edital, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do ato.

22- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

22.1. A empresa vencedora deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

23-DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

23.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega e instalação, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

23.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega e instalação dos itens, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

Michelle R. Caetano – Matrícula 007.768 – Fiscal Titular

Maria Aparecida Pulina da Silva – Matrícula 299.088 – Fiscal Substituto

23.3. O fiscal do contato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas durante e após a instalação dos itens, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

23.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle das instalações dos itens.

23.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

23.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

24-DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

24.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

25- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento, por parte da , das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

25.1 – Comete infração administrativa:

25.1.1 – Não aceitar/retirar a Nota de Empenho, quando convocado ou notificado dentro do prazo de validade da proposta;

25.1.2 – Apresentar documentação falsa;

25.1.3 – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

25.1.4 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

25.1.5 – Não manter a proposta;

25.1.6 – Cometer fraude fiscal;

25.1.7 – comportar-se de modo inidôneo;

25.2 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

25.3 – O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

25.3.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

25.3.2 – Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

25.3.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

25.3.4 – impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

25.3.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

25.4 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

3

25.5 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

25.6 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

25.7 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

25.8 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

25.9 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

25.10 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26-DA RESCISÃO

26.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

26.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a cancelamento da nota de empenho:

26.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

26.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

26.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.



Processo nº. 17.037/2020

Folha nº. Rubrica:

27 - DO FORO

27.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo, 19 de maio de de 2021

Rafael Durans Barros
Secretaria de Saúde
Mat. 62.203

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde
Matrícula: 106.137